



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

ACTA N.º.20/2003 REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2003

Aos vinte nove dias do mês de Outubro do ano de dois mil e três, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Vila de Borba, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Humberto Luís Russo Ratado, vereadores eleitos pela CDU Joaquim José Serra Silva e Vicente Manuel Ameixa Ermitão, sob a Presidência do Sr. Dr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----

Não esteve presente o vereador Artur João Rebola Pombeiro, por ter outros assuntos urgentes a tratar, nomeadamente, sorteio para atribuição de lugares de terrado no espaço destinado à Feira dos Santos.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro-----

Foi distribuído e presente o resumo diário de tesouraria do dia vinte e oito de Outubro de 2003, que acusa um total de disponibilidades de **349.057,05 Euros (trezentos e quarenta e nove mil cinquenta e sete euros e cinco cêntimos)**.-----

----PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA--

Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de interesse para a autarquia-----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião e perguntou ao restante executivo se tinha algum assunto para apresentar neste período de antes da Ordem do Dia.-----

Usou da palavra o vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, propondo ao restante executivo a elaboração de uma tomada de posição relativamente ao PIDDAC, devendo ser focado o facto do investimento no Distrito de Évora e no Alentejo ter vindo a descer sucessivamente há vários anos. O Sr. Presidente concordando com a proposta, pediu ao Gabinete de Informação e Relações Públicas que elaborasse uma Moção nesse sentido. Moção, esta,

que depois de elaborada foi analisada e colocada à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação bem como o seu envio para: Presidente da República, Primeiro Ministro, Ministério da Economia, Câmaras Municipais do Distrito de Évora, Assembleias Municipais do Distrito de Évora, Deputados do Círculo de Évora e Meios de Comunicação Social.-----
Ficará a mesma anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

Proposta de alteração à Ordem do Dia-----

Depois de apresentada pelo Senhor Presidente **foi deliberado, por unanimidade, aprovar a alteração à Ordem do Dia** de modo a retirar os pontos 2.2 e 2.3. O ponto 2.4 passará a 2.2, o ponto 2.5 a 2.3, o ponto 2.6 a 2.4, o ponto 2.7 a 2.5 e o ponto 2.8 a 2.6.-----

-----PONTO 2. ORDEM DO DIA -----

A Ordem do Dia passou a ser a seguinte:-----

Ponto 2.1 – Aprovação da Acta nº.19/2003-----

Ponto 2.2 – Operação de Loteamento Urbano do Bairro Popular 1º de Maio-----

Ponto 2.3 – Protocolo entre a Câmara Municipal de Borba e a Escola Prática de Engenharia – Reparação e Alargamento de Caminhos Rurais-----

Ponto 2.4 – Empreitada de “Construção de Cartório Notarial e Conservatórias dos Registos Civil e Predial de Borba” – Rescisão de Contrato-----

Ponto 2.5 – Empreitada de “Recuperação do Palacete dos Melos – recuperação da estrutura e cobertura” – Intenção de rescisão de contrato.-----

Ponto 2.6 – Actividades da Câmara-----

PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DA ACTA N.º 19/2003-----

Previamente distribuída por todo o executivo, e após a introdução de algumas alterações, **foi aprovada por unanimidade a acta nº.19/2003.-----**

PONTO 2.2 – OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO URBANO DO BAIRRO POPULAR 1º DE MAIO-----

Refere-se este processo à aprovação de loteamento urbano constituído por

edificações existentes, em área classificada pelo Plano de Urbanização em eficácia, por Zonas de Construção Mais Recente, de acordo com o previsto no artigo 5º do regulamento.-----

O loteamento proposto apresenta-se com uma área total de 17.521,72 m² e é constituído por 8 prédios de habitação colectiva e 50 moradias unifamiliares, totalizando 98 fogos. As moradias foram participadas à matriz predial em 1986 e os edificios colectivos em 1977, o que justifica à partida o cumprimento parcial dos instrumentos de planeamento.-----

Após análise do processo e de acordo com o previsto no artigo 21º de Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 177/01 de 04 de Junho, quanto à conformidade com os planos municipais de ordenamento do território, neste caso Plano de Urbanização e Plano Director Municipal, constata-se:-----

- A proposta na globalidade cumpre o especificado nos pontos 1 a 5 do artigo 5º do regulamento do PU;-----
- Relativamente ao ponto 6 do mesmo artigo, os edificios multifamiliares:-----
 1. não cumprem a frente e a profundidade dos lotes especificada no quadro;-----
 2. os lotes 1 a 4 excedem a área máxima permitida bem como a área máxima de construção;-----
 3. não cumprem a percentagem máxima de ocupação do solo do lote.-----
- Relativamente ao ponto 6 do mesmo artigo, as moradias unifamiliares:-----
 1. a maioria dos lotes não cumpre a frente especificada no quadro, embora relativamente à profundidade quase sempre cumprida;-----
 2. quanto à área dos lotes este parâmetro não é cumprido;-----
 3. a percentagem máxima de ocupação do solo do lote é cumprida na maioria dos casos.-----

Atendendo que o PU não indica parâmetros urbanísticos globais, aplica-se por isso os índices previstos na a) do n.º1 do artigo 12º do regulamento do Plano Director Municipal:-----

- a densidade populacional bruta é cumprida uma vez que se situa entre 100 e 250 hab/ha – (196 hab/ha);-----
- o índice máximo de construção é de 0.46.-----

Quanto ao cumprimento do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, verifica-se no geral que as construções existentes cumprem as

especificações do capítulo II e III. No que toca às ampliações/construções previstas na proposta, o cumprimento do RGEU está salvaguardado no regulamento da mesma.-----

No que concerne a integração urbana e paisagística mencionada no artigo 21º de Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/01 de 04 de Junho, verifica-se que apesar de a volumetria, implantação e tipologia construtiva não serem muito próximas da arquitectura e do urbanismo tradicional Alentejanos, inserem-se no ambiente urbano onde estão localizados. Tal facto deve-se a que as construções envolventes datam da mesma época deste loteamento e expressam o mesmo tipo de urbanismo.-----

Relativamente aos parâmetros de dimensionamento previstos na Portaria 1135/2001 de 25 de Setembro, há que referir o seguinte:-----

Espaços Verdes de Utilização Colectiva – a área proposta e existente (3.487.33 m²) cumpre o disposto no anexo I da portaria - 2.217.04 m²;-----

Equipamentos de Utilização Colectiva – a proposta não prevê nenhum equipamento, sendo que esta área de acordo com o artigo 57º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação deverá ser convertida em compensação. De acordo com o n.º 2 e 3 do mesmo artigo poderá ser esta compensação paga em espécie ou numerário.-----

De acordo com a Portaria n.º 1135/2001 o promotor teria de ceder 2.771,30 m² destinados a equipamentos de utilização colectiva. -----

O estacionamento previsto pelo loteamento apresenta 92 lugares para viaturas ligeiras, da aplicação do anexo I da Portaria resulta um total de 146 lugares de estacionamento. Tendo em conta a estrutura viária, espaços verdes e implantação dos lotes, verifica-se a impossibilidade de prever mais lugares de estacionamento.-----

Assim, considera-se que a proposta, apesar de não cumprir na totalidade os instrumentos de planeamento aplicáveis, é viável, pois cumpre os princípios e parâmetros urbanísticos mais importantes expressos nos planos aplicáveis, não pondo em causa o teor dos mesmos. Note-se que o facto de se tratar de pré-existências, tanto no que concerne às edificações como às infraestruturas foi tomada em consideração na apreciação deste pedido.-----

Também deverá ser acrescida à análise deste processo, o facto de o loteamento, na totalidade, ter sido implementado antes da entrada em vigor de qualquer um dos instrumentos de planeamento.-----

Atendendo ao exposto, propõe-se a aprovação da referida Operação de Loteamento.-----

Depois de analisar a proposta o vereador Joaquim Serra referiu que verifica alguma falta de cumprimento de grande parte dos instrumentos de

planeamento que estão em vigor que, neste caso, considera natural. Contudo, para ficar mais tranquilo, gostaria que fosse emitido um parecer jurídico sobre o parecer técnico.-----

A proposta foi então colocada à votação, tendo sido deliberado por unanimidade, aprovar a referida Operação de Loteamento condicionada à apresentação de parecer jurídico favorável, da consultora jurídica da Câmara, nomeadamente sobre o não cumprimento dos instrumentos de planeamento em vigor.-----

O parecer jurídico foi então apresentado e passa-se a transcrever: “O presente pedido de loteamento é apenas uma solução jurídica para uma situação de facto pré-existente.-----

Ora, os instrumentos de planeamento em causa vigoram desde 25-03-98 (PU) e 30-05-94 (PDM). As construções estão erigidas anteriormente a qualquer das referidas datas, conforme se alcança dos documentos existentes no processo (as moradias foram participadas à matriz em 1986 e os edifícios colectivos em 1977). Assim, não era possível, no momento da construção aplicar instrumentos inexistentes.-----

Posteriormente, a aplicação do PU e PDM tem de ter em conta que as construções existentes eram de genese legal (cumpriam o RGEU). Sob pena de aplicação retroactiva de normas regulamentares não se pode sustentar que, no caso em apreço, se devem aplicar as normas respectivas do PU e PDM.-----

Consequentemente, parece-me que poderá ser aprovada a proposta técnica, aprovando-se a operação de loteamento”.-----

PONTO 2.3 – PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA E A ESCOLA PRÁTICA DE ENGENHARIA – Reparação e Alargamento de Caminhos Rurais-----

Previamente distribuído por todo o executivo, esteve presente o Projecto de Protocolo a estabelecer entre a Câmara Municipal de Borba e a Escola Prática de Engenharia, que tem por objectivo a reparação e alargamento de oito caminhos rurais, cuja aprovação se propõe.-----

O Presidente fazendo uma breve apresentação acerca deste projecto de Protocolo, informou que os caminhos rurais sujeitos a reparação são caminhos da UNOR 2 que foram apoiadas e candidatadas. Referiu que em termos de custos é bastante favorável para a Câmara, e quando os trabalhos arrancarem a única coisa que se tem que encontrar é um local para os

homens comerem e para dormirem. Está a ser equacionada a hipótese de comerem no refeitório dos serviços sociais, e, para dormirem pensou-se nas casas da Aldeia Lacerda mas, para isso, primeiro tem que se ver se é necessário fazer algum arranjo.-----

O Presidente informou ainda que já chegou o estudo da UNOR 2 e, neste contexto, está a pensar colocar a hipótese de serem integradas no planeamento dos serviços de Engenharia do Exército, ainda este ano, as duas estradas de acesso à UNOR 2 para que pudessem ser planificadas para o ano.-----

Usou da palavra o vereador Vicente Ermitão perguntando se existe alguma listagem com os caminhos que vão ser reparados, tendo sido respondido pelo Presidente que os caminhos considerados prioritários são mesmo os da UNOR 2 (os do Monte da Rocha, os que vão em direcção ao Barro Branco e à Nora, etc.). Contudo nada impede que, depois de se iniciar a intervenção, se coloque a hipótese de avançar para outros.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra referindo que é inequívoco o interesse da Câmara assinar este protocolo até porque em termos financeiros é bastante vantajoso. Contudo, colocou algumas questões que gostaria que lhes fossem esclarecidas antes da aprovação do protocolo. Uma delas prende-se com o enquadramento jurídico deste protocolo que, tal como todos, tem que ser enquadrado juridicamente. Outra questão prende-se com a necessidade de conhecer uma listagem dos caminhos que vão ser reparados, e que a mesma tivesse a definição dos caminhos (públicos ou privados). É necessário saber também se existe algum orçamento estimado da reparação ou do alargamento desses caminhos e ver se têm inscrição no PPI. Gostaria também de saber como vai ser dado cumprimento à alínea a) do nº.1 do referido protocolo.-----

O Presidente informou que esta situação está prevista em PPI, e, quanto à alínea a) do nº.1 referiu que poderá ser melhorada. Assim, e após alguma apreciação decidiu-se então acrescentar a esta alínea o seguinte: “... embora estes interesses estejam sempre salvaguardados porque estas obras seriam realizadas por administração directa”.-----

Foi então o projecto de protocolo colocado à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação, com a ressalva de serem entregues, em próxima reunião de Câmara, ao vereador Joaquim Serra os elementos que referiu.-----

Depois de assinado ficará cópia do mesmo anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

**PONTO 2.4 – EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DO
CARTÓRIO NOTARIAL E CONSERVATÓRIAS DOS
REGISTOS CIVIL E PREDIAL DE BORBA” – Rescisão de
Contrato**-----

Na reunião de Câmara de 06 de Agosto de 2003, foi deliberado, por unanimidade: a) a intenção de rescindir o contrato, com a empresa EDICON, por violação do disposto no artº.192º do RJEOP, notificando disso o empreiteiro e fixando-lhe um prazo de 10 dias para, querendo, se pronunciar; b) findo o prazo para audiência prévia, deverá então ser tomada a deliberação em definitivo.-----

Regularmente notificada, por ofício registado com aviso de recepção, a EDICON nada disse.-----

Consequentemente, com os fundamentos constantes do relatório anexado à acta da reunião camarária de 06 de Agosto de 2003 e atento o disposto nos artigos 192º e 235º do RJEOP a **Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, rescindir o contrato da empreitada de “Construção do Cartório Notarial e Conservatórias dos Registos Civil e Predial de Borba”, celebrado com a EDICON em 7 de Dezembro de 1999.**-----

**PONTO 2.5 – EMPREITADA DE “RECUPERAÇÃO DO
PALACETE DOS MELOS - Recuperação da Estrutura e
Cobertura” – Intenção de Rescisão de Contrato**-----

Considerando que a empresa EDICON não respondeu à intimação da Câmara Municipal feita por fax, em 21.10.03, nos termos da qual o silêncio daquela seria entendido como o seu desinteresse na continuação da obra da empreitada de “Recuperação do Palacete dos Melos – Recuperação da Estrutura e Cobertura”, **a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:** a) a intenção de rescindir o contrato, com a empresa EDICON, notificando disso o empreiteiro e fixando-lhe um prazo de 10 dias para, querendo, se pronunciar.-----

b) Findo o prazo para audiência prévia, deverá então ser tomada a deliberação em definitivo.-----

PONTO 2.6 – ACTIVIDADES DA CÂMARA-----

Decisão do pagamento ao Sr. Heitor Geraldino Rato Azeitona (factura nº.46 de 2002)-----

Após reunião realizada no passado dia 15 de Outubro entre o Sr. Heitor Azeitona, Senhores vereadores Artur Pombeiro e Joaquim Serra, Dr. José António Figueiredo Tiago (advogado do Sr. Heitor) e a Consultora Jurídica da Câmara, Dr^a. Luisa Quitério, foi prestada a seguinte informação por parte desta última: “Através da minha informação de 10.04.02 sugeri que o pagamento da factura nº.46, de Heitor Geraldino Rato Azeitona, fosse sustado até esclarecimento da questão. Tendo a questão sido esclarecida na reunião camarária de 06.08.03, a Câmara Municipal de Borba deverá decidir o pagamento em causa.”-----

Face a esta informação a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, que seja efectuado o pagamento ao Sr. Heitor Geraldino Rato Azeitona, respeitante a serviços efectuados na limpeza dos telhados, assentamento de pavimento e reboco de paredes na Horta dos Pelomes em Borba, cujo valor correspondente à sua factura nº.46 de 04 de Janeiro de 2002 é de 4.387,50 Euros.-----

. Seguidamente o Senhor Presidente apresentou uma minuta de protocolo, enviada pela Câmara Municipal de Elvas, cujo objectivo é a colaboração de vários municípios na aquisição de um aparelho TAC para servir os utentes do Hospital de Santa Luzia. O Presidente informou que esta questão foi apresentada numa reunião que decorreu na Câmara Municipal de Elvas na qual não participou, mas já teve uma longa discussão com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Elvas sobre este assunto.-----

O vereador Joaquim Serra, embora não discorde que este protocolo se venha a celebrar, considera que deveria ser dada a garantia de que nenhum doente do concelho de Borba que precisasse de fazer o exame fosse enviado para outro Hospital, embora não saiba como é que esta questão possa ser salvaguardada.-----

. O Senhor Presidente informou também que já chegou o Relatório final do Estudo Global da UNOR 2. Já está na DRAOT a alteração ao Plano de Pormenor, faltando apenas o estudo global que se vai enviar.-----

O Senhor Presidente informou ainda das reuniões em que participou entre a última reunião de Câmara e esta:-----

- ✓ Reunião na CCDRA sobre o Plano de Pormenor do Alto dos Bacelos. O Presidente informou que houve alguma discussão se o Plano deveria ser registado ou se deveria ser ratificado e, a opinião da DRAOT é que como o tempo é o mesmo deveria ser ratificado para se aproveitar a faixa que existe entre a estrada de acesso à Central de Transferência de Resíduos Sólidos e a da Variante tendo em conta que, na altura, o traçado definitivo não estava contemplado no Plano de Pormenor. Também não concordaram com as rotundas, tendo sido dito que havia rotundas a mais.-----
- ✓ Reunião com a Sociedade Recreativa que teve como objectivo a sensibilização para a abertura da porta do castelo.-----
- ✓ Participação numa Conferência no Grande Auditório da Universidade de Évora sobre “Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais”-----
- ✓ Reunião com a SHELL Portuguesa, para apresentação da empresa.---
- ✓ Reunião do Conselho de Administração da GESAMB. O Presidente informou que o Director Geral é o Sr. Marcão (ex-vereador da Câmara de Reguengos de Monsaraz) e o encarregado é o Sr. Flauzino. Este último ainda não assumiu funções por terem surgido alguns problemas familiares.-----
- ✓ Reunião com o IDT – Instituto da Droga e Toxicodependência (Dr. Paulo de Jesus) sobre o Plano Municipal de Prevenção de Toxicodependência. Foi colocada a hipótese do ser um Plano Intermunicipal entre Borba/Vila Viçosa. O Presidente referiu que concorda com esta ideia e que já existe uma experiência a este nível entre a Vidigueira, Cuba e Alvito e, ao que parece, se for um Plano Intermunicipal é melhor em termos financeiros.-----
- ✓ Jogos Transfronteiriços – decorreu, ontem, a iniciativa “vamos correr com a diferença”. Esta iniciativa contou com a presença de cerca de 500 pessoas e, destas 500 pessoas, cento e tal eram espanhóis. Foi uma iniciativa muito interessante e tudo correu muito bem.-----

O Vereador Humberto Ratado, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----

- ✓ Começou por distribuir pelos restantes vereadores o programa da 12ª Edição da Festa da Vinha e do Vinho e o convite para a Sessão Solene de Abertura. Convidou os vereadores para a Noite de Fados a realizar dia 15 (Sábado) na Adega Velha da Sovibor e informou-os que têm mesas reservadas. Gostaria apenas que lhe confirmassem o número de pessoas que irão estar presentes.-----
- ✓ Acompanhamento com os técnicos da DREA à Escola de Rio de Moinhos para tratar a questão das salas devolutas. Informou que, depois de terminarem os trabalhos da Festa da Vinha e do Vinho, em conjunto com os técnicos da DREA e com a Arqª Renata vão ver os projectos que terão que se fazer para cada Escola a nível do concelho e enviar as candidaturas logo que possível.-----
- ✓ Reunião em Vila Viçosa com a Associação de Municípios e os Municípios da Zona dos Mármore para tratar da próxima iniciativa do Circuito dos Mármore, tal como aconteceu o ano passado. O vereador informou que não pôde estar presente, nesta reunião, tendo estado presente um técnico do desporto. A iniciativa foi marcada foi marcada para dia 25 de Janeiro/04 e vai ser dentro dos mesmos moldes do ano passado, desta vez com o sentido inverso, ou seja, começa em Estremoz e termina no Alandroal.-----
- ✓ Reunião na Região de Turismo de Évora, na qual também não pôde estar presente, tendo estado presente a equipa responsável pelo Plano de Sinalização Turística Concelhia. A informação que tem é que a empresa que ganhou o concurso compromete-se fazer os projectos para os 14 Municípios em 3 meses. O vereador informou que tem as propostas de alteração, para apresentar à empresa numa reunião que decorrerá dentro de duas ou três semanas, propostas essas que já foram mencionadas numa reunião de Câmara.-----
- ✓ Realizou-se, dia 19 de Outubro, o passeio com os comerciantes que participam na decoração de montras durante a Festa da Vinha e do Vinho. Foi feita uma visita à Vila de Mértola com passagem, no regresso, pelo Alqueva.-----
- ✓ Participação na reunião da Assembleia Geral do Agrupamento de Escolas. O vereador informou que foi feita referência, por parte da Câmara Municipal, relativamente aos transportes de Rio de Moinhos. Este transporte era feito apenas com um autocarro da Rodoviária o que se tornava muito difícil. O número de miúdos aumentou e de vez em quando o público utilizava aquele transporte o que dava origem a que a maior parte dos miúdos nem sequer tinham lugares para se sentarem. Os miúdos expuseram esta situação, por escrito, e, ele por

sua vez deu conhecimento ao administrador da Rodoviária que acabou por resolver a situação estando já dois autocarros a fazer este trajecto.-----

- ✓ Jogos Transfronteiriços – iniciativa “vamos correr com a diferença” – o vereador referiu que, embora tivesse pouco tempo para acompanhar a iniciativa em virtude de ter estado a fazer as entrevistas para os lugares das Escolas/Jardins de Infância, correu conforme o previsto e esta foi uma forma de contactar com pessoas com deficiência. Outro objectivo foi ver dentro da nossa vila as barreiras arquitectónicas que existem.-----

O Vereador Joaquim Serra colocou algumas questões, nomeadamente:-----

- ✓ Quem vai ficar a suportar as despesas com o prolongamento do Pré-Escolar. Foi respondido pelo vereador Humberto Ratado que vai ser feito um Acordo de Colaboração com a DREA. De momento as despesas vão ser suportadas pela Câmara, e depois da assinatura do Protocolo serão ressarcidas pela DREA. Quanto ao prolongamento vai ser estipulado um “x” por cada miúdo que, segundo a DREA, não vai ser inferior ao que estava estipulado o ano passado. Feitas as contas, são mais ou menos cerca de 40 a 50 miúdos que precisam de prolongamento à tarde e cerca de 40 a 45 à hora de almoço, daí ser necessária a colocação de duas auxiliares em Borba. Em Rio de Moinhos, como são cerca de 25 miúdos, vai ser colocada mais uma auxiliar.-----

O vereador Joaquim Serra perguntou se na Associação de Municípios não têm tratado esta questão, pois considera estranho, porque em conversa com outras Câmaras verificou que não têm avançado nesta fase de contratação, porque não há garantias de que venham a ser reembolsadas. A informação para avançarem foi dada a todas as Câmaras, mas, ao que lhe parece, nem todas o têm feito, estando algumas delas a segurar os processos até efectivamente haver os Acordos de Colaboração e os Protocolos.-----

Usou da palavra o vereador Humberto Ratado referindo que também teve algum receio, mas sempre lhe foi dito, pela Sub-Directora, Dr^a. Maria de Lurdes, que podia avançar porque esta situação estava garantida.-----

O vereador Joaquim Serra entende que, nesta questão, o ponto de vista político é muito importante pois trata-se de uma transferência que está a ser passada. Contudo, foi assim que as Câmaras tomaram conta de algumas

competências fazendo em substituição da DREA.-----

Usou da palavra o vereador Humberto Ratado frisando que era preciso resolver este problema, e o que é certo é que em todas as reuniões que teve, até mesmo nos Jardins de Infância, os pais não entendem que esta questão é da responsabilidade da DREA, por mais que se tente explicar, dizem sempre que a responsabilidade é da Câmara e, que esta, tem que fazer pressão. Desta forma, e havendo garantias por parte da DREA, pensou-se em avançar para o Acordo de Colaboração.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra referindo que, na sua opinião, há organismos que deveriam tomar conta destas questões, ou seja: esta é uma questão que deveria ser a Associação de Municípios a tratar em nome dos municípios e definir regras para todos.-----

- ✓ O vereador Joaquim Serra: referiu que embora lhe tenham sido entregues alguns elementos pedidos em reuniões anteriores, ainda falta entregar alguns, tais como: - adjudicações com a empresa das pinturas do edifício da Câmara (Sr. Galhanas); - listagem de despesas e fornecedores do parque de feiras. O Senhor Presidente registou estes pedidos. Entretanto informou que já chegou da DGOT uma listagem das entidades que vão fazer parte da Comissão Mista de Coordenação – Revisão do Plano Director Municipal. O vereador Joaquim Serra pediu ao Sr. Presidente que lhe facultasse uma cópia dessa listagem.-----

- ✓ Outra questão colocada pelo vereador Joaquim Serra: Reportando-se à estrada de St^a. Bárbara – disse ter tido conhecimento da construção de uma piscina e anexo à piscina numa casa situada nesta estrada. Frisou que aquela zona é uma área rural a estruturar e tem alguns condicionamentos em termos de PDM. Este anexo está a ser feito numa casa que, por si, ultrapassa os índices de construção e pavimentações permitidos, e de acordo com os instrumentos de planeamento já nada ali podia ser construído. Não sabe se esta construção está licenciada ou não, contudo nada consta das listagens de obras particulares que lhes são entregues em todas as reuniões. Por isso gostaria de saber se existe algum processo no Gabinete Técnico e qual é o parecer da Câmara tendo em conta que a obra está quase concluída.-----

Antes de dar a reunião por encerrada, o Senhor Presidente procedeu à leitura da minuta da acta que, foi aprovada por unanimidade e, ficará anexa

a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

-----ENCERRAMENTO-----

Por não haver mais nada a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, composta por treze páginas que vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista que a redigi.-----